

Informativo Especial | Aniversário do TJSP

Memória do Judiciário

Quarta-feira, 3 de fevereiro de 2021

Do Império à República: a Cidade e a Justiça

Ainda sob o Brasil Império, a Justiça em São Paulo foi institucionalizada em 1874 e era denominada “Tribunal da Relação de São Paulo e Paraná”.

Composto por sete desembargadores, sua primeira sede foi instalada na Rua Boa Vista, Centro da Capital.

Já no período republicano e com a promulgação da Constituição de 1891, a Justiça Paulista passou a ter a denominação que conhecemos: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Conectada à Cidade de São Paulo, especialmente à região Central, a história da Corte Paulista acompanha

os acontecimentos do cotidiano da Capital e seus ciclos de transformação.

Desenvolvimento econômico, social, arquitetura, urbanismo são alguns dos aspectos que tiveram repercussão direta na necessidade de ampliação do Tribunal e consequentes alterações do endereço da sede.

Entre tantos outros, um aspecto que consideramos interessante destacar diz respeito à arquitetura e a alguns fatos que envolveram a idealização, o projeto e a construção do Palácio da Justiça.

Trata-se de um projeto do escritório do arquiteto

Ramos de Azevedo, também responsável por inúmeras obras de interesse arquitetônico e histórico, dentre as quais destacamos, além do Palácio, o Teatro Municipal, a Pinacoteca do Estado, e a Casa das Rosas.



Criado pela Resolução nº 316/2020 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o dia 10 de maio passou a integrar o calendário da Justiça para celebrar o patrimônio cultural construído desde o Brasil Colônia, para as gerações presentes e futuras.

A data escolhida é a mesma da criação, em 1808, da Casa da Suplicação do Brasil, primeiro órgão de cúpula que houve no Judiciário brasileiro.

A iniciativa do CNJ coincide com a ideia da Direção do CADIP de resgatar algumas datas, memórias e histórias relacionadas à Justiça, ao TJSP, e à Seção de Direito Público; ideia que se expressa nesse informativo.



Acima: jornal *O Estado de São Paulo* (Edição de 24/2/1920)

Pedras no caminho - Colunas e superação

Foi Washington Luís que em 1911, na qualidade de Secretário da Justiça e da Segurança Pública, tornou oficial a escolha do arquiteto Ramos de Azevedo como responsável pela elaboração do projeto de construção do Palácio da Justiça.

A construção se desenvolveu, mas teve alguns períodos de descontinuidade, o maior deles entre a Revolução de 1924 e posteriormente pelo falecimento de Ramos de Azevedo, fazendo com que o Tribunal tivesse que renegociar o contrato com arquitetos que o sucederam.



Foi um longo período até dezembro de 1932, quando o Poder Judiciário foi definitivamente transferido para o Palácio da Justiça. A



inauguração oficial aconteceria somente em 1942.

Em 1981, o Palácio da Justiça foi considerado monumento histórico de valor arquitetônico e interesse cultural e tombado pelo Governo do Estado por meio do CONDEPHAAT.

Em comemoração aos 147 anos do Tribunal de Justiça, nós do CADIP fazemos esta singela homenagem. Pensamos que as colunas do Palácio podem ser uma metáfora apropriada da força e do papel do Poder Judiciário como elemento de sustentação e

equilíbrio no Estado Democrático de Direito a zelar pelo cumprimento das Leis.

Nossos parabéns ao TJ e a todos que participaram e participam da construção dessa história.



Sobre a Seção de Direito Público do TJSP

Sediada no GADE MMDC, localizado na Avenida Ipiranga, 165 - Bairro da República, na Capital, “a Seção de Direito Público é formada por 90 desembargadores divididos em 18 Câmaras. Da 1ª à 13ª câmaras cabe a reponsabilidade pelos julgamentos dos tributos estaduais, ações civis públicas, improbidade administrativa, entre outros.”(*)

(*) Texto da apresentação Seção de Direito Público no site do TJSP, com adaptações (<https://www.tjsp.jus.br/SecaoDireitoPublico>)

As 14ª, 15ª e 18ª câmaras são responsáveis pelo julgamento dos recursos envolvendo os tributos municipais. Já às 16ª e 17ª câmaras cabe o julgamento dos recursos das questões referentes a acidentes de trabalho. A Seção conta também com duas Câmaras Reservadas ao julgamento de matéria envolvendo o meio ambiente. (*)

Fontes das informações:

Site Migalhas. Visitado em 28/1/2021.

1. <https://migalhas.uol.com.br/quen-tes/17292/materia-especial-conta-a-historia-do-tribunal-de-justica-paulista>

Site o TJSP. Visitado entre 26 e 29/1/2021.

1. <https://www.tjsp.jus.br/QuemSomos>
2. <https://tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=60223>

Imagens:

1. Recorte de jornal - acervo Estadão: https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo_predios-de-sao-paulo-palacio-da-justica,10162,0.htm (26/1/2021)
2. Fotos: Daniel Ducci/Divulgação, site Arquitetura e Construção: <https://arquitetura-construcao.abril.com.br/news/imagens-mostram-o-palacio-da-justica-de-sao-paulo-apos-restauro/> (26/1/2021)